NÚCLEO REGIONAL DO ARAGUAIA	Redenção, Água Azul do Norte, Banach, Conceição do Araguaia, Cumaru do Norte, Floresta do Araguaia, Ourilândia do Norte, Pau d'Arco, Rio Maria, Santa Maria das Barreiras, Santana do Araguaia, São Félix do Xingu, Sapucaia, Tucumã e Xinguaçu.
NÚCLEO REGIONAL DO BAIXO AMAZONAS	Santarém, Alenquer, Almeirim, Belterra, Curuá, Faro, Juruti, Monte Alegre, Obidos, Oriximiná, Prainha, Terra Santa, Placas, Mojuí dos Campos e Rurópolis.
NÚCLEO REGIONAL DO XINGU	Altamira, Gurupá, Brasil Novo, Mediciândia, Porto de Moz, Senador José Porfírio, Uruará, Vitória do Xingu.
NÚCLEO REGIONAL DO TAPAJÓS	Itaituba, Aveiro, Jacareacanga, Novo Progresso, Trairão.
NÚCLEO REGIONAL DE PARAUPEBAS	Parauapebas, Canaã dos Carajás, Curionópolis e Eldorado dos Carajás

§3º A reserva das vagas para pessoas com deficiência, quilombolas, indígenas e negros obedecerão ao disposto no Decreto Federal n.º 9.508/2018 e alterações posteriores, bem como a Resolução CSDP nº 260, de 18 de fevereiro de 2018, que estabelece, no âmbito da Defensoria Pública do Pará, o sistema de ações afirmativas étnico-raciais nos concursos públicos de ingresso na carreira de Defensores Públicos, servidores e estagiários, para negros, quilombolas e indígenas.

Art. 2º O concurso consiste:

I - No exame dos candidatos em provas escritas;

II - Na avaliação dos títulos dos candidatos;

III - Na apuração dos requisitos dos candidatos;

Parágrafo Único. Os requisitos dos candidatos serão apurados no momento da posse.

Art. 3º. As questões das provas do concurso público ficarão a cargo da banca examinadora, de acordo com os conhecimentos necessários ao efetivo, eficaz e eficiente exercício concreto das atividades inerentes ao cargo/área/especialidade.

Art. 4º As provas escritas, todas públicas e de caráter eliminatório e classificatório, serão prestadas em duas etapas:

I - Prova Escrita Objetiva;

II - Prova Escrita Prático-discursiva;

Art. 5º As questões de todas as etapas deverão ser elaboradas, prioritariamente, com foco na aferição dos conhecimentos necessários ao efetivo, eficaz e eficiente exercício concreto das atividades inerentes ao cargo/área/especialidade.

Art. 6º A avaliação dos títulos, de caráter classificatório, será efetivada somente em relação aos candidatos considerados habilitados em todas as etapas do certame, em termos deste Regulamento.

CAPÍTULO II

DA COMISSÃO DO CONCURSO

Art. 7º A Comissão do Concurso será instituída por Portaria do Defensor Público Geral do Estado do Pará, nos termos do artigo 8º, da Lei Complementar Estadual nº 54/2006.

Art. 8º A Comissão do Concurso reunir-se-á com a presença da maioria absoluta de seus membros e suas deliberações serão tomadas pelo voto da maioria dos presentes, tendo o Presidente o voto de membro e de qualidade.

Art. 9º À Comissão do Concurso compete:

I - Deliberar sobre os pedidos de inscrição no certame, inclusive quanto às inscrições dos candidatos com deficiência e hipossuficiência econômica, após parecer da instituição organizadora do certame;

II - Deliberar sobre os pedidos de inscrição no certame, inclusive quanto às inscrições dos candidatos negros, quilombolas, e indígenas e após parecer da instituição organizadora do certame e da Comissão Especial, mencionada na Resolução CSDP nº 260, de 18 de fevereiro de 2018;

III - Zelar e diligenciar pelo regular desenvolvimento das etapas do concurso;

IV - Proclamar os resultados provisórios e finais das provas, providenciando sua publicação.

V - Encaminhar ao Defensor Público-Geral a lista de classificação final dos (as) candidatos(as) aprovados para homologação e publicação.

Art. 10. O Presidente da Comissão do Concurso poderá solicitar ao Defensor Público-Geral a convocação de Defensores Públicos e Servidores, cujos nomes deverão ser aprovados pela Comissão do Concurso, para auxiliá-lo no exercício de suas atribuições ou para possibilitar o desenvolvimento regular do certame.

Art. 11. As publicações mais relevantes relativas ao concurso serão veiculadas pelo Diário Oficial do Estado do Pará, ficando, a critério da Comissão do Concurso, também para tal fim, a utilização de qualquer outro órgão de divulgação, inclusive a Internet, por meio do sítio eletrônico da Defensoria Pública do Estado do Pará (<http://www2.defensoria.pa.def.br/>) ou da instituição organizadora do certame.

Art. 12. Não poderá integrar a Comissão do Concurso: cônjuge, companheiro ou parente de candidato inscrito, vedado, quanto ao parentesco, a consanguinidade ou afinidade até o terceiro grau, inclusive.

§1º É vedada igualmente a participação na Comissão do Concurso de Professor de curso preparatório para concursos públicos, que tenham exercido tais funções nos últimos 3 (três) anos.

§2º No caso de cursos on line, considera-se a data da gravação do material como limite do prazo mencionado no §1º.

CAPÍTULO III

DA BANCA EXAMINADORA

Art. 13. A Banca Examinadora do concurso público será de responsabilidade da instituição contratada para realização do certame, a ela competindo elaborar as provas do concurso e emitir o julgamento destas, inclusive em grau de recurso, mediante atribuição de notas, em conformidade com os ditames dos artigos 4º e 5º alíneas e o programa das disciplinas constante do Edital, bem como emitir Parecer à comissão do concurso relativo às inscrições de candidatos que requererem isenção do pagamento da taxa de inscrição.

Parágrafo único. Cabe a Banca Examinadora a elaboração do conteúdo programático do certame, de acordo com os conhecimentos necessários

ao efetivo, eficaz e eficiente exercício concreto das atividades inerentes ao cargo/área/especialidade.

Art. 14. Não poderá integrar a Banca Examinadora: cônjuge, companheiro ou parente de candidato inscrito e efetivo participante do certame, vedados, quanto ao parentesco, a consanguinidade ou afinidade até o terceiro grau, inclusive.

§1º É vedada igualmente a participação na Banca Examinadora de:

I - Professor de curso preparatório para concursos públicos, que tenham exercido tais funções nos últimos 3 (três) anos;

II - De quem tem participação societária, como administrador, ou não, em cursos formais ou informais de preparação para concurso público na área jurídica até 03 (três) anos após cessar a referida atividade, ou contar com parentes, por consanguinidade ou afinidade, cônjuge ou companheiro (a) nestas condições, até terceiro grau, em linha reta ou colateral.

III - De quem tenha cônjuge, companheiro (a) ou parente, por consanguinidade, ou afinidade até o terceiro grau, inclusive, de candidato inscrito.

§2º Os motivos de impedimento deverão ser comunicados ao Presidente da Comissão de Concurso, por escrito, até 05 (cinco) dias úteis após a publicação da relação dos candidatos inscritos no Diário Oficial do Estado.

Art. 15. Os integrantes da Banca Examinadora deverão ter seus nomes publicados em Edital Específico no sítio da instituição organizadora para fins de dar total transparência e lisura ao certame, bem como para aferição do preenchimento das exigências contidas no artigo anterior.

CAPÍTULO IV

DA ADMISSÃO DO CANDIDATO AO CONCURSO

Art. 16. A admissão do candidato ao concurso terá por pressuposto a correspondente e necessária inscrição, feita em uma única etapa, nos termos deste Regulamento.

Parágrafo Único. O deferimento da inscrição habilitará o candidato a prestar as provas escritas, nos termos deste Regulamento, e uma vez habilitado nestas, a avaliação dos títulos.

CAPÍTULO V

DA ABERTURA DO CONCURSO

Art. 17. A abertura do concurso dar-se-á pela publicação do competente edital no Diário Oficial do Estado do Pará, determinada pelo Defensor Público-Geral, uma vez aprovado o Regulamento elaborado pelo Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado do Pará e contratada instituição especializada na elaboração, organização e realização do certame.

CAPÍTULO VI

DA INSCRIÇÃO

Art. 18. O requerimento de inscrição no concurso público será realizado exclusivamente pelo sítio eletrônico da instituição especializada na elaboração, organização e realização do certame contratada pela Defensoria Pública do Estado do Pará, no qual o candidato, assumindo inteira responsabilidade por seu teor, deverá declarar:

I - Possuir diploma de nível superior na respectiva área de especialidade dos cargos ofertados, devidamente registrado, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação;

II - Ter nacionalidade brasileira ou portuguesa e, no caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento do gozo dos direitos políticos, nos termos do artigo 12, §1º, da Constituição Federal;

III - Possuir inscrição nos quadros do respectivo Conselho de Classe da especialidade da vaga ofertada, quando existente;

IV - Estar quite com o serviço militar, quando cabível;

V - Estar no gozo dos direitos políticos;

VI - Gozar de saúde física e mental compatíveis com o exercício da especialidade da vaga ofertada;

VII - Ter boa conduta social, idoneidade moral e não registrar condenações de natureza criminal ou cível de modo irrecorrível que sejam incompatíveis com o exercício das funções;

VIII - Não possuir condenação irrecorrível em órgão de classe, em relação ao exercício profissional, incompatível com o exercício da especialidade da vaga ofertada;

IX - Não possuir condenação administrativa, ou condenação em ação judicial de improbidade administrativa, irrecorríveis e incompatíveis com o exercício das funções da especialidade da vaga ofertada;

X - Efetuará o pagamento do valor da inscrição fixado no Edital de Abertura de Inscrições, nos prazos neste estabelecidos, salvo exceção prevista nos capítulos VII e VIII.

XI - Seu estado civil;

XII - Seu domicílio nos últimos 5 (cinco) anos;

XIII - Não ter sofrido penalidade irrecorrível, nem praticado atos desabonadores de sua conduta no exercício de cargo público ou de atividade pública ou privada;

XIV - Que tem conhecimento das prescrições deste Regulamento e do Edital de Abertura do Concurso, obrigando-se a respeitá-las.

§1º O valor da taxa de inscrição não poderá ser superior a 10% (dez por cento) do salário-mínimo vigente e será fixado pela Comissão do Concurso.

§2º Ao inscrever-se, o candidato declarará estar ciente de que, até a data final do prazo da posse no cargo, deverá preencher todos os requisitos para ingresso no cargo, sob pena de perda da vaga e eliminação do certame.

§3º Encerrado o prazo de inscrição, os pedidos serão encaminhados para instituição contratada para organização do certame, que encaminhará Parecer à Comissão do Concurso, que proferirá decisão final, gerando listas de inscrições deferidas e indeferidas a serem publicadas no Diário Oficial do Estado.

§4º Da decisão que indeferir o pedido de inscrição caberá recurso a ser encaminhado para o Defensor Público-Geral, feito no prazo de 2 (dois) dias, a contar da publicação das relações de candidatos cujas inscrições foram deferidas e indeferidas e publicadas no Diário Oficial.

§5º Não haverá isenção do valor da taxa de inscrição, exceto nos casos previstos no presente regulamento.

§6º A taxa de inscrição, uma vez paga, não será restituída, salvo no caso